



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SUL-MATO-GROSSEENSES SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE A QUEDA DE OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA E A DESINFORMAÇÃO

Marcos Paulo da Silva¹; marcos.paulo@ufms.br

Maria Paula Garcia²; garcia.paulampg@gmail.com

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão sobre a importância da formação universitária em Jornalismo frente à problemática da desinformação contemporânea a partir da percepção dos jornalistas de Mato Grosso do Sul sobre as eventuais relações entre a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo, ocorrida em 2009 a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal, e a ampliação da disseminação de desinformação. O levantamento empírico que sustenta o artigo resulta da aplicação de um questionário em um recorte de 102 jornalistas sul-mato-grossenses no mês de maio de 2021. Dentre outras conclusões, infere-se que os respondentes mais jovens são menos sensíveis ao aumento da desinformação em comparação com os profissionais em faixas etárias acima dos 40 anos. Observa-se ainda que os mais jovens apresentam a tendência a valorizar mais o diploma e toda a bagagem adquirida durante a formação.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Diploma. Desinformação. Mato Grosso do Sul.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, baseado em uma pesquisa mais ampla, propõe uma reflexão sobre a importância da formação universitária em Jornalismo frente à problemática do aumento da desinformação na sociedade entre a primeira e a segunda década do século XXI. Para tanto, volta-se à percepção dos jornalistas de Mato Grosso do Sul sobre as eventuais relações entre a queda da obrigatoriedade do diploma específico para o exercício do Jornalismo, ocorrida em 2009 a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), e a ampliação contemporânea da disseminação de desinformação.

¹ Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com estágio de doutorado-sanduíche na Syracuse University (Nova Iorque, Estados Unidos). Professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS). E-mail: marcos.paulo@ufms.br

² Estudante de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS). E-mail: garcia.paulampg@gmail.com



Entende-se que as novas tecnologias de informação e comunicação têm propiciado uma maior facilidade para que parcela significativa da população possa multiplicar e receber informações, expressar opiniões políticas e pontos de vista sobre os mais diversos assuntos. As ferramentas de disseminação de informações e a variedade de instituições de comunicação passam também a possibilitar interações de diferentes culturas, em diferentes contextos. Entretanto, no findar da década de 1990, Thompson (1998, p.19) já alertara que tais interações poderiam provocar também mudanças no contexto social e na simbologia das informações, uma vez que estas “tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço” (THOMPSON, 1998, p.19).

O quadro contemporâneo que já era caracterizado pela “explosão do jornalismo” em uma “massa de mídias”, para valer-se da expressão de Ramonet (2012), ganhou contornos mais complexos a partir de 2016, ano da eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e do aprofundamento das movimentações do Brexit, processo que culminou na saída do Reino Unido da União Europeia, acendendo o alerta mundial sobre os usos e o alcance inédito proporcionados pela internet na disseminação de desinformação. No caso das eleições presidenciais norte-americanas, estudos apontam que o resultado foi fortemente influenciado pela circulação das chamadas “fake news” nas principais redes sociais, como *Twitter* e *Facebook*, “tanto por equívoco, quanto por má fé” (TRÄSEL, LISBOA, REIS, 2018, p. 02), fenômeno semelhante identificado no movimento do Brexit e em outros pleitos nos anos subsequentes que elegeram candidatos da extrema direita ao redor mundo.

Nesse contexto, em uma realidade na qual as informações chegam e saem por todos os lados, nos mais diferentes canais, muitas vezes sem apuração, e/ou vinculadas a estratégias mal intencionadas, não soa lógico ignorar o acúmulo por anos de reflexões sobre o Jornalismo, técnicas específicas e conhecimentos científicos contemplados pela formação universitária, quando – nas palavras de Christofletti (2019, p.72) – “somos afogados em oceanos de dados a todo momento, e quando ainda acreditamos que podemos tomar decisões melhores se bem informados”.



O levantamento empírico que sustenta este artigo resulta da aplicação de um questionário em um recorte de 102 jornalistas sul-mato-grossenses no mês de maio de 2021 para a identificação de suas percepções sobre a queda da obrigatoriedade do diploma e o aumento da desinformação na sociedade. Gil (2008) define a aplicação de questionários como uma técnica de investigação científica realizada por meio de um conjunto de questões submetidas a uma amostra. Para o autor, um questionário pode ter vários objetivos, como “obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc” (GIL, 2008, p. 140).

Diante disso, optou-se pela criação de um questionário online na plataforma *Google Forms*, vinculada ao sistema *Google*, que permite o envio do formulário por meio de um link e possui atualização automática das respostas. Outros benefícios da plataforma são a apresentação das respostas em gráficos e a integração com o aplicativo *Google Planilhas*, o que possibilita o posterior tratamento dos dados. Além disso, a plataforma foi escolhida para evitar a aplicação presencial dos questionários e o consequente risco de contágio da Covid-19.

Foram coletadas informações por meio de 14 campos/perguntas, a saber: nome e e-mail (textuais e não obrigatórios); faixa etária (18 a 22 anos, 23 a 30 anos, 31 a 40 anos, 41 a 50 anos, acima de 50 anos); sexo de nascimento (masculino, feminino ou outro); registro profissional e diploma de jornalismo (sim ou não); tempo de profissão (0 a 10 anos, 11 a 20 anos, 21 a 30 anos, mais de 31 anos); local de trabalho (televisão, online, rádio, impresso, assessoria de imprensa, docência e outro); função profissional; natureza da empresa/organização (pública, privada, terceiro setor ou outro) e três perguntas sobre a percepção acerca do tema da pesquisa: nível de relevância do diploma de Jornalismo para exercício da profissão (nenhuma relevância, pouca relevância, média relevância, alta relevância); alteração no volume de circulação de desinformação na sociedade desde o ingresso na profissão (diminuiu muito, diminuiu pouco, não teve alteração, aumentou pouco, aumentou muito); e relevância do exercício do Jornalismo por profissionais diplomados no



enfrentamento à desinformação na sociedade (nenhuma relevância, pouca relevância, média relevância, alta relevância). Após a realização de um pré-teste com um grupo de três jornalistas, o que permitiu o aperfeiçoamento do questionário, o convite para a participação no estudo foi compartilhado na rede social *Instagram* e em grupos de jornalistas sul-mato-grossenses na rede social *Facebook* e no aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*, aportando em 102 respondentes.

2. BREVE CONTEXTO DA QUEDA DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA PARA JORNALISTAS NO BRASIL

A história da exigência formal de diploma para o exercício da profissão de jornalista permeia a trajetória da própria regulamentação profissional do Jornalismo. Segundo Petrarca (2007), o Decreto-Lei 910, de 30 de novembro de 1938, é considerado a primeira regulamentação voltada para os jornalistas brasileiros. A regulamentação foi efetivada durante o período de criação do Estado Novo por Getúlio Vargas em um contexto de atritos entre a imprensa e o governo que já havia instaurado a censura por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda. Em 1944, ainda sob a égide do Estado Novo varguista, houve a aprovação do Decreto 5.480, outra regulamentação profissional que, entre outros aspectos, destacava: a fixação da remuneração mínima, a definição das funções exercidas por jornalistas e a uniformização do título usado por aqueles que trabalhavam com a imprensa.

Décadas depois, conforme ressalta Petrarca (2007), o Decreto 51218, de 22 de agosto de 1961, ressaltou a necessidade do cumprimento do Decreto-Lei 910 – a primeira regulamentação de 1938. No ano seguinte, foi publicado o Decreto 11775, de 12 de junho de 1962, que aprovou e regulamentou o registro de jornalista profissional, além de ampliar as definições das atividades dos profissionais. Observa-se que a compreensão das atividades e funções desempenhadas pelos profissionais da imprensa corroborou para o amadurecimento da regulamentação. Posteriormente, em 1963, foi publicado o Decreto 53263, que acrescentou o estágio de jornalismo e delineou melhor as funções exercidas pelos profissionais da imprensa (PETRARCA, 2007).



Sublinha-se que a primeira lei voltada à regulamentação da imprensa também foi criada durante um período ditatorial, o regime militar implantado após o golpe de 1964. Popularmente conhecida como a Lei da Imprensa, a Lei 5250 foi publicada no dia 9 de fevereiro de 1967. A regulamentação era dividida em sete capítulos, cada um dispendo especificações sobre pontos pertinentes ao exercício profissional individual e de atuação dos meios de comunicação. Todavia, reconhece-se que o registro profissional passou a ser exigido de fato em outubro de 1969, por intermédio do Decreto-Lei 972, que delineou 11 funções exercidas pelos jornalistas, estabeleceu multas e implementou a obrigatoriedade do registro e da diplomação (SILVA, 2014).

Embora remeta a disputas estabelecidas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, as discussões que envolveram a questão da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista se materializaram em outubro de 2001, quando a juíza substituta Carla Abrantkoski Rister deferiu uma liminar com a suspensão provisória da Lei 972/1969, desobrigando a apresentação do diploma para realização do registro profissional no Ministério de trabalho. A decisão final sobre o tema, entretanto, viria ocorrer anos mais tarde, em 2009, no âmbito do STF.

A decisão tomada pelo tribunal superior ocorreu no dia 17 de junho de 2009 no corpo do Recurso Extraordinário (RE) 511.961, que teve como relator o ministro Gilmar Mendes. Foram oito votos contra um e o STF decidiu pela inconstitucionalidade do diploma de Jornalismo para o registro profissional do Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista (SILVA, 2014, p. 54). Na época, a Suprema Corte entendeu que a exigência de diploma poderia limitar a liberdade de expressão e obstruir o direito à livre manifestação do pensamento, por “restringir” o exercício aos profissionais com diploma. O único voto favorável à não suspensão do diploma foi do ministro Marco Aurélio, que justificou seu voto evidenciando que durante os últimos 40 anos profissionais da imprensa, donos de veículos de comunicação, diretores e reitores de faculdades se organizaram para cumprir o que estava previsto (SILVA, 2014).



Com a suspensão em vigor, muitos debates e manifestações foram organizadas a partir de 2009 pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), por sindicatos e outras organizações acadêmicas e da sociedade civil, como o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Associação Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Na ocasião, em carta aberta, o então presidente da FENAJ, Sérgio Murillo de Andrade (2009) destacou que o interesse na suspensão da obrigatoriedade do diploma envolvia grandes veículos de comunicação, STF e pessoas envolvidas com os poderes da mídia. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) mobilizou 47 manifestações para marcar seu posicionamento contra a suspensão. Desde então, a mobilização para o retorno da obrigatoriedade do diploma tem sido conduzida no âmbito da FENAJ e entidades como a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ).

3. A DISSEMINAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DESINFORMAÇÃO: APONTAMENTOS CONTEXTUAIS

Embora o foco do artigo não remeta propriamente a um mergulho no universo da disseminação contemporânea de desinformação – reflexão realizada por autores como Tandoc, Lim e Ling (2017), Lazer *et all* (2018), Träsel, Lisboa e Reis (2018), Christofolletti (2019) e Ibanhes (2020), uma vez que o escopo da pesquisa remete à percepção de jornalistas sobre o fenômeno, entende-se ser necessária a apresentação de um breve quadro de apontamentos contextuais.

Em 2018, a agência *Edelman Intelligence*³ lançou os resultados da 18ª edição da pesquisa *Edelman Trust*, que indicou que o Brasil se encontrava entre os seis primeiros países com bruscas diminuições nos índices de confiança em instituições como o governo, empresas privadas, mídia e ONGs (IBANHES, 2020). De acordo com o levantamento, o percentual de confiança dos brasileiros no governo, no período, era de 18% após a queda de 6 pontos, e na mídia de 43%, após uma queda de 5 pontos.

Segundo a interpretação dos dados da pesquisa da *Edelman Intelligence* realizada por Ibanhes (2020), a disseminação de notícias falsas ou permeadas por

³ A pesquisa *Edelman Trust* foi realizada no período de 28 de outubro a 20 de novembro de 2017 pela agência de pesquisa *Edelman Intelligence*⁷ e no período de 28 de outubro a 20 de novembro de 2017 e ouviu mais de 33 mil pessoas em 28 países, dentre esses o Brasil.



informações distorcidas constituem fatores que causam o aumento da desconfiança nas instituições. A pesquisa revelou que “58% dos brasileiros não sabem diferenciar o que é verdade e o que é mentira, 68% não confiam nos políticos e 48% desconfiam de companhias e marcas” (IBANHES, 2020, p. 28). Christofolletti (2019) argumenta, nesse contexto, que as pessoas ficam frustradas quando as instituições não atendem suas expectativas, o que fragiliza os contratos de confiança historicamente estabelecidos:

Quando o contratante – o público – não vê atendida a sua demanda, a percepção é de que houve a quebra do acordo, e a reação se dá na forma de sanção: abandono, desinteresse e perda de atenção. [...] Toda quebra de contrato é precedida pela frustração, e, na maioria das vezes, as audiências são pouco tolerantes com jornalistas que mentem ou com telejornais que distorcem. Rapidamente, são repelidos porque perdem credibilidade a ponto de prevalecer a desconfiança (CRHISTOFOLETTI, 2019, p. 41-42).

Em sentido semelhante, Lazer *et al.* (2018) afirmam que, via de regra, as pessoas não possuem a tendência de questionar a credibilidade de uma informação, salvo quando essa viola seus princípios ou motiva a quebrá-los⁴, pois violar um princípio remete a um desalinhamento com os valores da comunidade.

O cenário contemporâneo de aumento da circulação de desinformação e de crise na confiança no Jornalismo, entretanto, não se estabelece livre de marcas históricas. Em texto datado do final dos anos 1990 no qual debate algumas das sementes do processo contemporâneo da desinformação, Ramonet (1998) já afirmava que o ciclo da informação na sociedade passava por um processo de encurtamento, prevalecendo a instantaneidade, característica intrínseca da internet. Segundo Ramonet (1998), esse cenário transformou também a própria concepção de veracidade da informação, antes ligada à aplicação de critérios jornalísticos e à confirmação por meio das fontes. Na lógica do imediatismo e da hipervalorização de imagens, frisa o autor, a repetição de uma informação é o que passou “a torná-la verdadeira”, ou seja, “a repetição substituiu a demonstração” (RAMONET, 1998, p. 134).

⁴ Texto original “Individuals tend not to question the credibility of information unless it violates their preconceptions or they are incentivized to do so. Otherwise, they may accept information uncritically. People also tend to align their beliefs with the values of their community” (LAZER *et. all*, 2018, p. 1095)



Em reflexão sobre o contexto contemporâneo da desinformação, Tandoc Jr, Lim e Ling (2017) reforçam que a repetição é uma das estratégias usadas para criar credibilidade informativa e que em alguns casos sites são criados como uma rede de apoio para “provar” por meio da repetição que a informação não constitui uma “*fake news*”. Lazer *et al.* (2018) complementam que a internet possui instrumentos que facilitam a disseminação de informações, sejam elas falsas ou verdadeiras, como a possibilidade exponencial de criação de sites e de contas em redes sociais. Além disso, os autores ressaltam que a disseminação de “*fake news*” e de informações distorcidas são feitas por um ecossistema de indivíduos, contas falsas em redes sociais, *bots* e pela manipulação de algoritmos. Ademais, Tandoc Jr, Lim e Ling (2017) apontam que no contexto da desinformação as chamadas “*fake news*” são postagens virais com base em relatos fictícios que usam a mimetização – simulam a linguagem e a estética do jornalismo – para deixá-las semelhantes às notícias produzidas pelos jornalistas para os meios convencionais de comunicação; concepção que é sistematizada por Ibanhes (2020):

As notícias falsas certamente não nasceram com as redes sociais, mas elas encontraram um substrato bastante fértil para se desenvolver e se espalhar com a internet e com a popularização do uso e consumo das mídias, o que permite a qualquer pessoa com acesso à tecnologia, além de consumir, criar e disseminar diversos tipos de conteúdo para quaisquer outras pessoas. (IBANHES, 2020, p. 58).

Finalmente, conforme destaca Christofolletti (2019), faz-se pertinente a inclusão dos debates sobre a queda da obrigatoriedade do diploma e o contexto contemporâneo da desinformação no cenário mais amplo da crise da autoridade jornalística. Ao propor a metáfora do Jornalismo como um castelo à beira de um precipício, o autor aponta três linhas de defesa da profissão: 1) uma jurídica, que até 2009 estava relacionada à exigência do diploma para o exercício profissional; 2) uma técnica, relacionada ao acesso e uso de tecnologias específicas; e 3) uma ético-deontológica, composta por padrões de conduta e valores que guiam a ação dos profissionais. De acordo com o Christofolletti (2018), para além da queda de obrigatoriedade do diploma, a segunda linha de defesa também ruiu quando parte significativa da sociedade passou a ter livre acesso às tecnologias, como câmeras fotográficas digitais e filmadoras. Nesse sentido, conforme adverte o



autor, a única defesa da autoridade e da credibilidade jornalística que ainda se mantém erigida é a da ética. Christofolletti (2019) afirma que a partir da quebra das linhas de defesa que protegem o castelo – metáfora para o jornalismo –, qualquer pessoa pode atuar como um jornalista ao mimetizar a linguagem da mídia e o modo de registrar um evento – abrindo espaço para a discussão sobre o próprio estatuto da profissão e a lógica contemporânea da informação problematizada por Ramonet (1998).

4. A PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS SUL-MATO-GROSSENSES SOBRE A QUEDA DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA E O AUMENTO DA DESINFORMAÇÃO NA SOCIEDADE

Volta-se o olhar agora à percepção dos jornalistas de Mato Grosso do Sul sobre o fenômeno da desinformação e sobre sua possível relação com a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional no Brasil desde 2009. A aplicação do questionário no âmbito da pesquisa que sustenta o artigo remete a uma amostra não censitária, mas de recorte significativo no âmbito do Jornalismo profissional de Mato Grosso do Sul. Ao todo, 102 profissionais responderam a pesquisa *online*, adesão que permite um quadro de percepção da realidade atual da profissão no estado. Como forma de verificar a validade da proporção das respostas, os dados foram também cotejados com os resultados da pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro” (BERGAMO, MICK, LIMA, 2013), realizada em 2012 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a FENAJ.

No levantamento realizado com jornalistas sul-mato-grossenses em maio de 2021, a maioria (51%) dos respondentes afirmou ter entre 23 e 30 anos de idade. A segunda faixa etária predominante (28,4%) possui de 31 a 40 anos; profissionais entre 18 a 22 anos correspondem a 8,8% da pesquisa e o restante (11,8%) têm entre 41 a 50 anos e acima de 51 anos. Os dados denotam sintonia com a realidade nacional: de acordo com Bergamo, Mick e Lima (2012), 48% dos jornalistas que atuavam no Brasil em 2012 tinham entre 23 e 30 anos, e 21,9% entre 31 e 40 anos. Raciocínio semelhante vale para o item “sexo de nascimento”. Um volume de 66,7% dos jornalistas de Mato Grosso do Sul respondentes da



pesquisa são do sexo feminino, enquanto 33,3% dos respondentes são homens. O perfil nacional dos profissionais desenhado por Bergamo, Mick e Lima (2012) indicou que 64% dos jornalistas brasileiros no período eram mulheres.

Em relação ao registro profissional (DRT ou equivalente), o levantamento mostra que 73,5% dos profissionais sul-mato-grossenses respondentes são regulamentados como jornalistas no Ministério do Trabalho e Emprego⁵. A pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro”, de 2012, apontou que, em termos nacionais, 75,2% dos profissionais estavam registrados no Ministério do Trabalho, sendo 82% enquadrados na função jornalista. No quesito relacionado à diplomação, 93,1% dos 102 jornalistas sul-mato-grossenses respondentes são graduados no ensino superior na área, dado também sintonizado com o levantamento de Bergamo, Mick e Lima (2012), segundo o qual 98% dos profissionais brasileiros que responderam à pesquisa do perfil em 2012 possuíam diploma.

Outro ponto de pertinência na interpretação do perfil dos jornalistas de Mato Grosso do Sul que participaram da pesquisa diz respeito ao tempo de ingresso na profissão. Neste quesito, o período de 0 a 10 anos teve 64,7% das respostas, seguido pelo recorte de 11 a 20 anos, com 27,5%. Os demais 7,8% dos entrevistados enquadraram-se nos períodos de 21 a 30 anos ou mais de 31 anos de profissão. Em relação ao local de trabalho, o levantamento aponta que 28,4% dos jornalistas respondentes atuam em assessoria de imprensa; 26,5% em outros locais (como agências de publicidade e de marketing digital, por exemplo); 24,5% em meios *online*; 8,8% na televisão. Os locais de atuação rádio, mídia impressa e docência, somados, foram minoria, com 11,8%.

Outro dado que possibilita uma compreensão da composição atual do mercado sul-mato-grossense diz respeito à função profissional desempenhada pelos respondentes. A amostra revela que 25,5% dos respondentes atuam como

⁵ Embora os dados do levantamento em Mato Grosso do Sul estejam sintonizados com os resultados da pesquisa nacional de 2012, faz-se importante mencionar que em 2019 o Governo Federal publicou a medida provisória 905, conhecida pela proposição da carteira profissional “Verde e Amarela”, flexibilizando os contratos de trabalho, o que também impactou a exclusão da exigência do registro profissional para jornalistas. A medida provisória vigorou por seis meses, até ser derrubada por não ser votada no Congresso Nacional. O registro profissional voltou então a ser obrigatório para jornalistas no Brasil, mesmo sem a necessidade do diploma, mas o interstício de um semestre fez com que um número significativo de jovens profissionais não conseguisse acessar o registro, o que pode ter impactado na pesquisa.

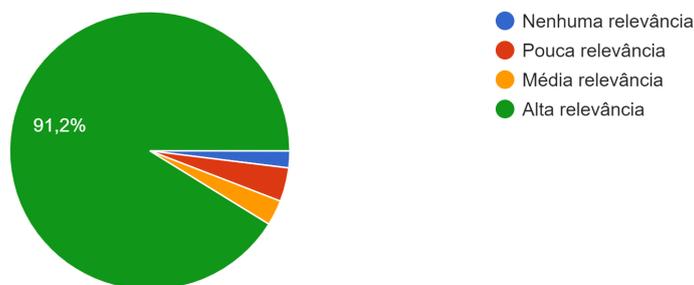


repórteres-redatores, 24,5% trabalham como assessores de comunicação; 20,6 % em outras funções; 9,8% como analistas de redes sociais/social media; e 6,8% como editores-chefes ou chefes de redação. As demais categorias somadas, o que inclui pauteiros, revisores, repórteres fotográficos e docentes, respondem por 12,8%. Sobre a natureza da empresa/organização de atuação, a pesquisa mostra que 52,9% dos respondentes trabalham no setor privado; 24,5% trabalham em instituições públicas; e 19,6% fazem parte de outros setores.

Para além do perfil dos respondentes, no que tange especificamente os objetivos deste estudo, o levantamento aponta que 91,2 % dos jornalistas sul-mato-grossenses respondentes acreditam que o diploma de jornalismo tem alta relevância no exercício da profissão. Outros 2,9% percebem a diplomação como de média relevância; 3,9% como de pouca relevância; e 2% como de nenhuma relevância.

Gráfico 1 – Percepção da relevância do diploma Jornalismo para o exercício da profissão

Na sua opinião, qual o nível de relevância do diploma de Jornalismo para exercício da profissão?
 102 respostas



Fonte: Gráfico realizado para as finalidades desta pesquisa.

Os dados podem ser interpretados a partir dos respectivos recortes de perfis dos jornalistas respondentes.



**Tabela 1 - Local de trabalho x Nível de relevância do diploma
Jornalismo para o exercício da profissão**

Local de trabalho	Total de respondentes	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Assessoria de Imprensa	29	-	3,4%	-	96,6%
Impresso	2	-	-	-	100%
Online	25	4%	4%	4%	88%
Rádio	5	-	-	-	100%
Televisão	9	-	-	-	100%
Outro	27	3,7%	7,4%	3,7%	85,2%
Universidade (docência)	5	-	-	20%	80%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

Observa-se com o cruzamento dos dados da Tabela 1 que a maioria dos profissionais, independentemente do local de trabalho, considera que a formação acadêmica, simbolizada pela posse do diploma, é de alta relevância para a atuação profissional, inclusive por aqueles que não atuam diretamente em um veículo de informação e estão absorvidos em áreas correlatas. Pontua-se, entretanto, que os profissionais que atuam em meios *online* e em outros locais de trabalho (agências de publicidade e de marketing digital, por exemplo) demonstraram opiniões divergentes, indicando em algum grau que a formação não é relevante para a atividade profissional de Jornalismo. Supõe-se que tais opiniões estejam relacionadas ao fato de que as funções e/ou atividades desempenhadas podem ter natureza distinta da área de formação específica.

**Tabela 2 - Faixa etária x Nível de relevância do diploma Jornalismo
para o exercício da profissão**

Faixa etária	Total de respondentes	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
18 a 22 anos	9	-	-	11,1%	88,9%



23 a 30 anos	52	-	3,8%	1,9%	94,2%
31 a 40 anos	29		3,4%	3,4%	93,1%
41 a 50 anos	7	28,6%	-	-	71,4%
Acima de 51 anos	5	-	20%	-	80%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

Desse segundo cruzamento, ressalta-se que apenas os profissionais que possuem entre 41 e 50 anos consideram a formação acadêmica como de “nenhuma relevância” para a atuação profissional. De modo geral, nesta faixa etária é possível observar um perfil de polarização nas opiniões, todas elas distribuídas nos campos “nenhuma relevância” ou “alta relevância”. Ressalta-se ainda que a opinião dos profissionais com mais de 51 anos também remete a um menor grau de polarização, mas neste caso a parcela destoante remete à indicação de “pouca relevância” para o diploma. Os profissionais desta faixa etária coincidem com aqueles com mais de 31 anos de profissão. Infere-se que em todas as classes de faixa etária há uma percepção predominante de que o diploma tem influência significativa no exercício da profissão de jornalista, mas conota-se também que esta percepção se mostra inferior na medida em que a faixa etária aumenta.

Por fim, possibilita-se o cruzamento dos dados referentes à percepção dos próprios jornalistas diplomados sobre o tema da formação.

**Tabela 3 - Posse do diploma x Nível de relevância do diploma
Jornalismo para o exercício da profissão**

Possui diploma?	Total de respondentes	Nenhuma Relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Sim	95	-	4,3%	2,2%	92,5%
Não	7	14,3%	-	14,3%	71,4%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo



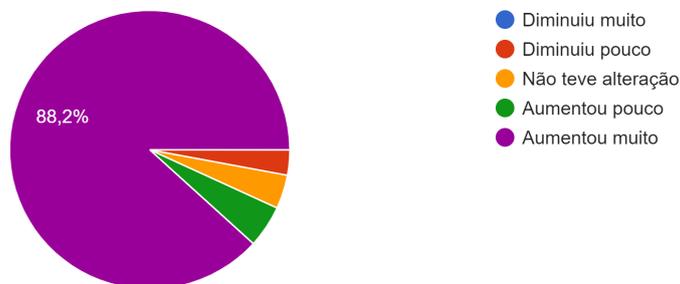
Identifica-se que a maioria dos entrevistados, com ou sem diploma, considera a formação acadêmica ou universitária de “alta importância” para o exercício profissional, o que denota que os profissionais utilizam os conhecimentos e técnicas aprendidos na faculdade em suas atividades. A tabulação das respostas chama a atenção para dois pontos: 1) a porcentagem de profissionais não formados que negam ou relativizam a importância da formação para o exercício do Jornalismo; e 2) a porcentagem, ainda que pequena, de pessoas graduadas na área que consideram que a formação possui pouca relevância.

A segunda questão central da pesquisa diz respeito à percepção sobre o aumento do volume de desinformação na sociedade.

Gráfico 2 – Percepção de alteração no volume de desinformação na sociedade

Na sua opinião, o volume de circulação de desinformação na sociedade (circulação de notícias falsas, boatos, afirmações sem comprovação, etc) foi alterado desde seu ingresso na profissão?

102 respostas



Fonte: Gráfico realizado para as finalidades desta pesquisa.

De acordo com o levantamento, 88,2% dos jornalistas sul-matogrossenses respondentes acreditam que o volume de circulação de desinformação na sociedade “aumentou muito” desde seu ingresso na profissão; sendo seguidos de 4,9% que percebem que “aumentou pouco”; 3,9% que afirmam não ter tido alteração; e 2,9% que acreditam que “diminuiu pouco”. O cruzamento dos dados com a faixa etária dos respondentes revela uma alteração de percepção com base na lógica geracional.



Tabela 4 - Faixa etária x Opinião sobre o volume de desinformação na sociedade

Faixa etária	Total de respondentes	Não teve alteração	Diminuiu pouco	Aumentou pouco	Aumentou muito
18 a 22 anos	9	22,2%	-	-	77,8%
23 a 30 anos	52	1,9%	3,8%	9,6%	84,6%
31 a 40 anos	29	-	3,4%	-	96,6%
41 a 50 anos	7	14,3%	-	-	85,7%
Acima de 50 anos	5	-	-	-	100%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

Observa-se com o cruzamento acima que quanto mais velhos são os profissionais, maior é a tendência de registrarem a percepção de que a desinformação aumentou desde o ingresso na profissão. Conota-se que esses respondentes conseguem distinguir os momentos com base na vivência de épocas diferentes de organização da profissão, antes e depois da massificação da internet e da lógica das redes sociais. De acordo com a Tabela 4, verifica-se que uma parcela dos profissionais mais jovens não percebe a alteração no volume de desinformação, tendo como hipóteses: a) quando o fenômeno das “*fake news*” ganhou corpo alguns deles eram adolescentes; b) alguns deles “nasceram” inseridos no contexto de desinformação; c) eles possuem a tendência de usar as redes sociais para se informar; d) estão mais habituados ao contexto da internet e do relacionamento possível entre meios de comunicação e leitores.

O dado também permite cotejar a percepção de profissionais diplomados e não diplomados sobre o aumento da desinformação na sociedade, como mostra o cruzamento de dados na tabela a seguir:

Tabela 5 - Posse do diploma x Opinião sobre o volume de desinformação na sociedade

Possui diploma?	Total de respondentes	Não teve alteração	Diminuiu pouco	Aumentou pouco	Aumentou muito
-----------------	-----------------------	--------------------	----------------	----------------	----------------



Sim	95	2,1%	3,2%	5,3%	89,5%
Não	7	28,6%	-	-	71,4%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

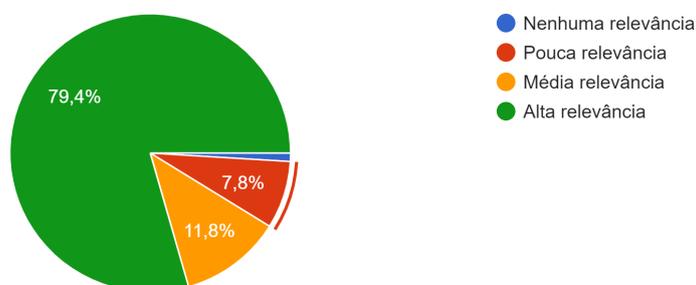
Observa-se com o cruzamento que os profissionais graduados em uma instituição de ensino superior apresentam opiniões diferentes diluídas nas diversas categorias, muito embora a maioria absoluta ressalte que o volume de desinformação “aumentou muito” desde o ingresso no mundo do trabalho. Já os profissionais sem formação acadêmica demonstram opiniões mais polarizadas, distribuídas integralmente entre “aumentou muito” (71,4%) e “não teve alteração” (28,6%).

Por fim, o terceiro questionamento central da pesquisa remete à percepção dos jornalistas sul-mato-grossenses em relação à relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação na sociedade. O levantamento indica que 79,4% dos jornalistas respondentes entendem que o exercício do Jornalismo por profissionais diplomados possui “alta relevância” no enfrentamento da desinformação; 11,8% consideram que possui “média relevância”; 7,8% acreditam que possui “pouca relevância”, ao passo que 1% aponta “nenhuma relevância”.

Gráfico 3 - Percepção da relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação na sociedade

Na sua opinião, o exercício do Jornalismo por profissionais diplomados possui relevância no enfrentamento à desinformação na sociedade?

102 respostas



Fonte: Gráfico realizado para as finalidades desta pesquisa.



A partir do cruzamento de dados apresentados na Tabela 6, observa-se que as faixas etárias com maior percepção da relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação na sociedade – isto é, as faixas que indicam “alta relevância” – são as de 23 a 30 anos (86,5%) e de 31 a 40 anos (82,8%). A faixa etária que menos aponta a “alta relevância” na correlação é a de 41 a 50 anos (28,6%), que tem a maior parcela de respondentes com opção na “média relevância” e é o único extrato com indicação de “nenhuma relevância” (14,3%).

Tabela 6 - Faixa etária x Opinião sobre a relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação na sociedade

Faixa etária	Total de respondentes	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
18 a 22 anos	9	-	-	22,2%	77,8%
23 a 30 anos	52	-	1,9%	11,5%	86,5%
31 a 40 anos	29	-	17,2%	-	82,8%
41 a 50 anos	7	14,3%	14,3%	42,9%	28,6%
Acima de 50 anos	5	-	20%	20%	60%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

Em relação aos profissionais diplomados, a pesquisa com os profissionais sul-mato-grossenses denota uma maior tendência a considerar a correlação entre formação acadêmica e enfrentamento à desinformação.

Tabela 7 - Posse do diploma X Opinião sobre a relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação

Possui diploma?	Total de respondentes	Nenhuma Relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Sim	95	-	6,3%	11,6%	82,1%
Não	7	14,3%	28,6%	14,3%	42,9%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo



Infere-se a partir dos dados que os profissionais graduados valorizam os conhecimentos e técnicas adquiridos durante a formação e consideram a bagagem da academia como importante no combate à desinformação. Já entrevistados que não possuem diploma tendem a considerar que o diploma tem relevância “alta” (42,9%) ou “média” (14,3%) no combate à desinformação. Entretanto, pontua-se que uma parcela significativa considera a formação “pouco relevante” (28,6%) ou com “nenhuma relevância” (14,3%) neste quesito.

Tabela 1 - Local de trabalho x Relevância da formação acadêmica no enfrentamento à desinformação

Local de trabalho	Total de respondentes	Nenhuma relevância	Pouca relevância	Média relevância	Alta relevância
Assessoria de Imprensa	29	-	10,3%	10,3%	79,3%
Impresso	2	-	-	-	100%
Online	25	-	12%	20%	68%
Rádio	5	-	-	20%	80%
Televisão	9	-	-	22,2%	77,8%
Outro	27	3,7%	7,4%	3,7%	85,2%
Universidade (docência)	5	-	-	-	100%

Fonte: Tabela construída com os dados do questionário para as finalidades deste estudo

No que tange a relação com os locais de trabalho, a leitura dos dados da Tabela 8 demonstra que todos os profissionais que atuam na área da docência e no impresso consideram a formação acadêmica de “alta relevância” para o enfrentamento ao combate à desinformação. Por outro lado, os profissionais respondentes que menos indicam esta opção são os atuantes nas mídias online. Além disso, apenas profissionais que atuam em outros espaços, como agências de publicidade e de marketing digital, por exemplo, indicaram que a correlação não possui “nenhuma relevância”. Uma explicação plausível remete ao fato de que os profissionais destes dois grupos lidam cotidianamente com a lógica algorítmica



das redes, conhecendo com maior proximidade as engrenagens de funcionamento da desinformação e capitulando sobre a confiança da bagagem universitária como antídoto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos dados oriundos do questionário aplicado em 102 jornalistas em Mato Grosso do Sul, conclui-se que os respondentes mais jovens são menos sensíveis ao aumento da desinformação em comparação com os profissionais em faixas etárias acima dos 40 anos. Uma leitura plausível reside no fato de que os mais jovens estão mais imersos no contexto das lógicas algorítmicas das redes sociais que servem de substrato para a desinformação contemporânea, o que não acontece com os mais velhos que vivenciaram épocas contrastantes antes da massificação da internet e da crise de autoridade do Jornalismo na sociedade.

Observa-se ainda que os mais jovens apresentam a tendência a valorizar mais o diploma e toda a bagagem adquirida durante a formação. De modo geral, os diplomados reconhecem com mais facilidade a relevância da formação para o exercício profissional e o enfrentamento à desinformação em comparação com aqueles que não possuem o diploma. Pontua-se que uma minoria dos entrevistados não possui formação acadêmica e/ou não são profissionais registrados junto ao Ministério do Trabalho.

Além de obter a percepção dos profissionais sobre os temas centrais deste estudo (a importância da diplomação e o aumento da desinformação na sociedade), o instrumento de pesquisa aplicado permite também identificar a partir dos respondentes um perfil conforme idade, gênero e locais de atuação. Pode-se inferir a partir do recorte que a maioria dos profissionais que atuam como jornalistas em Mato Grosso do Sul são mulheres jovens de até 31 anos e trabalham como assessoras de comunicação ou repórteres-redatoras em veículos online. Ao cotejar os dados desta pesquisa com o levantamento “Perfil do Jornalista Brasileiro” realizado em 2012 pela UFSC em parceria com a FENAJ (BERGAMO, MICK, LIMA, 2012), verifica-se ainda uma tendência ao crescimento do número de profissionais jornalistas que atuam em outros espaços



para além das redações e das assessorias de comunicação, o que envolve agências de publicidade e de marketing digital.

Por fim, com base nos três questionamentos-chave do estudo, pode-se inferir a partir do universo das respostas, ainda que indiretamente, uma possível correlação positiva na percepção dos jornalistas sul-mato-grossenses respondentes da pesquisa entre a queda na obrigatoriedade derivada de decisão do STF em 2009 e o aumento do volume de desinformação na sociedade pós-2016. Tal inferência ancora-se no cruzamento dos dados de que 88,2% dos respondentes apontam que o volume de circulação de desinformação na sociedade “aumentou muito” desde o ingresso na profissão, bem como que 79,4% dos respondentes indicam que o Jornalismo profissional com formação acadêmica possui “alta relevância” no combate à desinformação e que 91,2% dos participantes no estudo consideram o diploma essencial para a prática da profissão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sérgio Murillo de. **Carta Aberta aos Presidentes e dirigentes dos Sindicatos de Jornalistas**. São Paulo: 2009. Disponível em: <[FENAJ orienta novos movimentos na luta em defesa do jornalismo de qualidade | Jornal Grande Bahia \(JGB\)](#)>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho (2012), síntese dos principais resultados**. Santa Catarina: UFSC, 2012. Disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/>>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do Jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

GALHARDI, Raul. **Brasil é terreno fértil para “fake news”**; 31 de julho de 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@Raul.Galhardi/o-brasil-est%C3%A1-perdendo-a-guerra-contra-as-fake-news-8b36895ee3db>>. Acesso em: 23 de abril de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Ed. 6, São Paulo: Atlas, 2008.

IBANHES, Miriam Cristina. **A construção do discurso de autolegitimação do jornalismo: uma investigação das campanhas publicitário-editoriais contra as “Fake News”**. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, p. 159, 2020.

LAZER, B. D. M. J et al. (2018). **The science of fake news**. Addressing fake news requires a multidisciplinary effort. *Science*, 359 (6380), 1094–1096. <http://doi.org/10.1126/science.aao2998>



PETRARCA, Fernanda Rios. **“O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul.** UFRS, Programa de Pós-graduação em Sociologia [Tese de doutorado], Porto Alegre: 2007.

RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação.** Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo:** das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SILVA, Oswaldo Ribeiro. **O campo de jornalismo entre recursos e estratégias de conversão na economia da diplomação.** Campo Grande, 2014. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

STURZA, Catarine Moscato. **Avaliação do ensino de jornalismo na região centro-oeste sob o impacto do fim da obrigatoriedade do diploma.** Campo Grande, 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

TANDOC, Edson C. Jr; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. **Defining “Fake News”,** in: Digital Journalism 6:2, 30 de ago. de 2017. 137-153 p. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21670811.2017.1360143>> Acesso em: 23 de abril de 2021.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRÄSEL, LISBOA, REIS. **Indicadores de credibilidade no jornalismo:** uma análise dos produtores de conteúdo político brasileiros. In: Anais do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 05 a 08 de junho de 2018.